

Ainda há bárbaros *ave* P-11

José Nêumanne Pinto

“O que esperamos na ágora reunidos? É que os bárbaros chegam hoje. Por que tanta apatia no senado? Os senadores não legislam mais? É que os bárbaros chegam hoje. Que leis não de fazer os senadores? Os bárbaros que chegam as farão. Por que o imperador se ergueu tão cedo e de coroa solene se assentou em seu trono, à porta magna da cidade? É que os bárbaros chegam hoje. O nosso imperador conta saudar o chefe deles. Tem pronto para dar-lhes um pergaminho no qual estão escritos muitos nomes e títulos. Por que, hoje, os dois cônsules e os pretores usam togas de púrpura, bordadas, e pulseiras com grandes ametistas e anéis com tais brilhantes e esmeraldas? Por que hoje empunham bastões tão preciosos, de ouro e prata finamente cravejados? É que os bárbaros chegam hoje, tais coisas os deslumbram. Por que não vêm os dignos oradores derramar o seu verbo como sempre? É que os bárbaros chegam hoje e aborrecem arengas, eloquências. Por que subitamente esta inquietude? (Que seriedade nas fisionomias!) Por que tão rápido as ruas se esvaziam e todos voltam para casa preocupados? Porque é já noite, os bárbaros não vêm e gente recém-chegada das fronteiras diz que não há mais bárbaros. Sem bárbaros o que será de nós? Ah! eles eram uma solução”.

Este é, na tradução precisa e inspirada do poeta José Paulo Paes, um dos momentos altos da poesia contemporânea, o poema “A espera dos bárbaros”, do alexandrino de língua grega Konstantinos Kaváfis. O poema fala da necessidade que as civilizações têm de se renovar pela barbárie. Seus versos falam claramente da repetição dos ciclos históricos nos quais as culturas renascem quando recebem um sopro da brutalidade. Mas suas palavras, tão essenciais, tão atemporais, poderiam servir de pano de fundo para dois momentos contemporâneos em dois espaços completamente diferentes: o desabafo do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, na reunião ministerial do governo Sarney em Brasília, e o inflamado discurso do romancista Mario Vargas Llosa em Arequipa, cidade natal do grande escritor, no interior do Peru, contra a estatização das instituições financeiras pelo presidente Alán García. Só que, em ambos os momentos, o poema de Kaváfis é negado: há bárbaros além da fronteira da democracia latino-americana e eles estão prontos para atacar de novo e o farão, se continuarmos a achar que eles podem ser mesmo uma solução ou se tivermos a ilusão que teve a gente vinda da fronteira que chegou à cidade, para garantir que bárbaros não há mais.

Se o general Leônidas Pires Gonçalves, no meio de uma reunião do ministério, se sente no direito de repreender de público o colégio de cidadãos, supostamente virtuosos, escolhidos pela sociedade para escrever seu grande pacto político, é porque esta democracia não é tão sólida assim. Se um escritor reconhecido no mundo inteiro pelo seu talento, sem nenhuma necessidade de ir às ruas se lançar numa campanha, na qual aparece como um novo líder nacional em seu país, lança-se à luta, é porque este escritor tem consciência da necessidade de se mobilizar a sociedade, para que ela possa garantir as suas liberdades fundamentais. Vargas Llosa não é uma voz isolada. Multidões (calculadas em 100 mil pessoas, em Lima, e em 35 mil, em Arequipa) foram às ruas aplaudi-lo e jogaram confetes sobre seus ombros. E de má fé se pensar que essas multidões foram às ruas defender os banqueiros privados. Elas foram, na verdade, protestar contra a tentativa do Estado peruano de diminuir o espaço de sua liberdade.

Valmore Acevedo, possivelmente a mais esclarecida voz da

oposição democrata-cristã na Venezuela, advertia, um dia destes, numa churrascaria em Caracas, que o golpe militar mais violento dos últimos tempos, o chileno, desabou sobre socialistas, comunistas e democratas-cristãos em Santiago, justamente quando (e talvez porque) se dizia que a democracia chilena estava definitivamente consolidada e jamais se repetiriam por lá as aventuras golpistas de Bolívia, Brasil, Uruguai ou Argentina. No lado oposto do espectro político venezuelano, o social-democrata (da AD) Jaime Lusinchi, cidadão que ocupa no momento a Presidência da República, advertia, por escrito, numa entrevista a *O Estado de S. Paulo* que o atraso econômico, pai de desigualdades sociais gritantes, é um ambiente no qual não se pode falar em democracias imunes às aventuras autoritárias. Lusinchi vive numa democracia sólida, sobrevivente há quase 30 anos do feroz regime militar de Pérez Jiménez. Tem consciência de que os povos latino-americanos amadureceram muito e que, por isso, rechaçam os golpes militares, mas nem a longevidade da democracia venezuelana (em termos latino-americanos, é lógico), nem sua confiança afastam totalmente o fantasma do risco de tais democracias sucumbirem às próprias fraquezas.

Alán García, um jovem (38 anos) e simpático líder de massas, pretende, com a estatização dos bancos, resgatar as tradições políticas de seu patrono, Haya de La Torre, fundador da Apra, partido pelo qual se elegeu o presidente do Peru. O mesmo espírito, eivado de velhos preconceitos e sobretudo de falsos preconceitos, comanda o ânimo comodista do corpo de cidadãos togados da Nova República, atualmente responsabilizado pela tarefa difícil de redigir uma Constituição, que seja, ao mesmo tempo, viável e justa. A diferença entre o Brasil e o Peru é, contudo, enorme. Enquanto Vargas Llosa convoca os peruanos ao combate, para a garantia e a solidificação de seus direitos fundamentais de liberdade, a irresponsabilidade populista de nossos constituintes atifa a inoportunidade de um chefe militar, que apela para velhos rancores, num inexplicável “revanchismo”. O autor de *Pantaleão e as visitadoras* conclama as massas a repelirem os bárbaros. O ministro do Exército adverte que, se os bárbaros não forem ouvidos, poderão passar a fronteira. Evidentemente não foi isso que o general disse em seu discurso famoso, mas ninguém é ingênuo o suficiente para pensar que não foi isso que ele quis dizer.

Não se trata de discutir a razão do cidadão Leônidas em relação à má qualidade do projeto chamado de “Cabral Um”. Infelizmente o primeiro esboço de nossa futura Constituição é um desastre sob qualquer prisma: econômico, social, político e até do ponto de vista do vernáculo. A Nação não está refletida no rato que a montanha da Constituinte pariu, isso parece claro. Trata-se de reclamar a cada setor que cuide de sua parte. Que os constituintes tratem de expressar melhor o que a sociedade quer. E que o general Leônidas, como de resto quaisquer generais, limite seus pronunciamentos ao espaço profissional das casernas, sob pena de a sociedade não levar mais a sério não apenas a democracia, mas também a sempre respeitável instituição do Exército. Só que evidentemente isso só acontecerá no dia em que a sociedade tomar consciência de que os bárbaros, além fronteiras da democracia, não são, nunca foram, nem serão uma solução. Como diz o povo, cada macaco no seu galho. Numa democracia que se preza, o senador legisla pelo bem comum e o soldado garante as fronteiras, não servindo de porta-voz à barbárie instalada além delas. Vamos todos lutar por isso, pois, como faz Mário Vargas Llosa.

José Nêumanne Pinto é editor de Política de “O Estado de S. Paulo”